

MULHERES QUILOMBOLAS DO QUILOMBO COXILHA NEGRA

QUILOMBO WOMEN FROM QUILOMBO COXILHA NEGRA

Juliana Soares¹
Amanda Motta Castro²

RESUMO

Este trabalho trata os temas educação e participação político-social de mulheres quilombolas, com reflexões desenvolvidas durante o mestrado do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), realizadas por uma pesquisadora negra, quilombola, militante do Movimento Negro e pertencente a comunidade na qual está sendo realizada o estudo. Com base nisso, o objetivo geral é analisar e compreender quais são os desafios imbricados nas trajetórias das mulheres quilombolas do Quilombo Coxilha Negra, localizado na zona rural do município de São Lourenço do Sul, região Sul do Rio Grande do Sul, durante o processo de tornar-se negra e conseqüentemente na tomada de consciência da sua condição de mulher quilombola, reconhecidas como lideranças na comunidade. Tendo em conta a intenção desta pesquisa, primeiramente realizo um resgate histórico sobre o processo de formação do Brasil, para em seguida apresentar autoras e autores que dialogam com as questões raciais que atravessam a vida das mulheres negras quilombolas, fazendo relações e refletindo sobre o quanto a realidade presente tem marcas do passado. Para esta pesquisa utilizo a análise de 3 entrevistas realizadas com mulheres negras quilombolas, estudantes de graduação ou já graduadas, algumas vinculadas a movimentos sociais. Inspirada em Conceição Evaristo, uso como ferramenta metodológica para produção e análise de dados o conceito de “escrivência” cunhado por essa mulher negra, poeta, contista, romancista e considerável teórica de estudos literários e afro-brasileiros por entender que esse conceito traz para escrita as mazelas que são marcadas pela minha experiência de mulher quilombola.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres quilombolas. Tornar-se negra. Participação político-social.

ABSTRACT

This work deals with the themes of education and political-social participation of quilombola women, with improved reflection during the master's degree of the Graduate Program of the Federal University of Rio Grande (FURG), carried out by a black researcher, quilombola, militant of the Black Movement and belonging to the community in which the study is being carried out. Based on this, the general objective is to analyze and understand what are the challenges intertwined in the trajectories of quilombola women from Quilombo Coxilha Negra, located in the rural area of the municipality of São Lourenço do Sul, in the southern region of Rio Grande do Sul, during the process of becoming black and consequently becoming aware of their condition as quilombola women, recognized as leaders in the community. Taking into account the intention of this research, I was able to carry out a historical rescue of the process of formation of Brazil, to then present authors who dialogue with the racial issues that cross the lives of black quilombola women, making relationships and reflecting on how much the present reality has traces of the past. For this research, I use the analysis of X interviews carried out with black quilombola women, college students or graduates, some linked to social movements. Inspired by Conceição Evaristo, I use as a methodological tool for data production

¹ Discente de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Graduada em Educação do Campo pela FURG. E-mail: nogueirajuliana84@gmail.com.

² Pós-doutorado em Estudos Feministas pela Universidad Autónoma Metropolitana (UAM/CDMX). Doutora e mestra em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (FAFIMC). Professora do Departamento de Educação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: motta.amanda@terra.com.br.

and analysis the concept of “writing experience” coined by this black woman, poet, storyteller, novelist and considerable theorist of literary and Afro-Brazilian studies to understand what this concept brings to writing. the ills that are marked by my experience as a quilombola woman.

KEYWORDS: Quilombola women. Become black. Political and social participation.

1 INTRODUÇÃO

A história desta pesquisa nasceu antes que eu pudesse cogitar ou ter a chance de chegar ao ensino médio, menos ainda ingressar na graduação de uma universidade, sobretudo a pública, ou pensar em um dia invadir um programa de mestrado.

A metodologia que utilizo nesta investigação é de cunho qualitativo, combinada com o uso de autobiografia e com análise de dados provenientes de entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres negras quilombolas, estudantes de graduação ou já graduadas, algumas com vínculo a movimentos sociais de luta.

A pesquisa segue os preceitos de educação popular, que considera todo um contexto histórico que envolve questões raciais e sociais, ancoradas na discriminação, e que serviram como barreiras do Estado para impedir a ascensão social do povo negro. Meu interesse pela pesquisa é influenciado pelo meu pertencimento à comunidade quilombola, bem como pela minha inquietação com a situação de vida das mulheres negras quilombolas devido aos marcadores sociais que as atravessam. Assim, minha condição de mulher quilombola e meu pertencimento à comunidade quilombola envolvida na pesquisa me colocam como corpo-território da prática de investigação, tendo como referência a construção e a troca de conhecimentos, visando à promoção, à emancipação e à autonomia.

Utilizo “escrivência”, tal como sugere Evaristo (2007), como um caminho metodológico durante a escuta das trajetórias dos quilombolas. Essas histórias são marcadas por um lugar social e retratam a vida de muitas mulheres, assim como também remetem a coletividade ao mesmo tempo que retratam a subjetividade.

A fim de compreender de que forma as questões raciais e os marcadores sociais que atravessam os corpos de mulheres quilombolas se articulam nas suas experiências, e compreender a historiografia negra do ponto de vista dos sujeitos da História, utilizo como referencial teórico autoras como Neuza Santos Souza (2021), Beatriz Nascimento (2018), Lélia Gonzalez (2018), Conceição Evaristo (2016), Sueli Carneiro (2002), Heleieth Saffioti (1987), Grada Kilomba (2019), Selma dos Santos Dealdina (2020), Emília Viotti da Costa (2010) e os autores Abdias Nascimento

(2019), Clovis Moura (1986), Silvio de Almeida (2019) e Ademir Fiabani (2012). Esses autores e autoras, para além de auxiliar no processo de escuta, compreensão e análise das trajetórias das mulheres, nos convocam a pensar o nosso papel e a nossa condição enquanto sujeitas (os) negras (os) neste lugar chamado Brasil.

2 QUILOMBOS NO BRASIL

Para que seja possível compreender as razões que levam a população negra quilombola a esse lugar de invisibilidade e opressão gerado pelo racismo, recorro a historiografia para que possa analisar a forma como africanas e africanos são retratados na escrita de autoras e autores ao longo do tempo, desde a chegada a essa terra até os dias atuais. Infelizmente, pouco se sabe sobre a vida das africanas e africanos durante o período do regime escravista, a historiografia não registrou muita coisa sobre as negras e negros, e seu modo de vida. Os poucos registros encontrados trazem a visão do colonizador sobre os fenômenos e acontecimentos do período, ou seja, há registros da história das negras e negros escritos por pessoas brancas e, obviamente, representando o interesse daquelas pessoas que se beneficiavam da exploração do trabalho escravo e da manutenção do povo africano na posição de objeto.

O fato de não existirem artefatos históricos escritos que possibilitem o entendimento dos acontecimentos históricos está atribuído ao costume africano de registrar apenas de forma oral suas histórias, costumes e vivências, não tendo o hábito de registrar através da escrita, Nascimento (2018, p. 81) aponta que

No entanto é pertinente chamar a atenção para o fato de certos estudiosos e escritores, geralmente brancos – os únicos que possuem os meios, a voz e a oportunidade de veicular opiniões fora do país, terem construído uma história fictícia da escravidão, da abolição e das relações entre pretos e brancos.

Historiadores, como Clovis Moura (1986) e Beatriz Nascimento (2018), retrataram que tiveram dificuldade de encontrar materiais históricos com registros escritos que possibilitassem a realização de uma pesquisa profunda sobre a vida, conflitos e acontecimentos significativos do ponto de vista histórico sobre negras e negros escravizados. À medida que a história negra do período colonial foi escrita por brancos trazendo a visão apenas da escravidão da repressão, ao mesmo tempo que as pessoas escravizadas não deixaram nenhum registro escrito, foi preciso recorrer à documentação da polícia e das autoridades portuguesas, que são os documentos da repressão. Há de se ter cuidado com a leitura e interpretação desses documentos, uma vez que são

registros que foram feitos por pessoas que reprimiam as pessoas escravizadas, que viam e documentavam aquilo que achavam que era negativo, não enxergando nem registrando a perspectiva de quilombo como um grupo de seres humanos, independentemente de serem escravos ou não, com uma organização social, econômica e política própria.

Beatriz Nascimento (2018), Clovis Moura (1986) e Abdias Nascimento (2019) estão na lista dos primeiros autores a se dedicarem a pesquisas sobre a causa negra e, conseqüentemente, sobre o período escravista, sobre quilombos e quilombolas. Conduzindo pesquisas que buscaram analisar e reavaliar o passado escravista no Brasil, foram de encontro a pesquisas conservadoras que buscavam legitimar a ordem social e hierárquica que está vigente até os dias de hoje, a exemplo de Gilberto Freire com sua obra “Casa Grande e Senzala” (2003) com o mito da democracia racial, desenhando um cenário de harmonia entre os senhores e seus escravos.

As obras de Clovis Moura (1986), Beatriz Nascimento (2018) e Emília Viotti da Costa (2010) buscavam enfatizar o protagonismo negro, reconhecendo-os como sujeitos da sua própria história. A esses interessava ver as diferentes formas como as negras e os negros se constituíam em uma sociedade alternativa à escravidão. Tal como reafirma Moura (1986, p. 10) em trecho:

Isso decorre em primeiro lugar do fato de ser o escravo negro analisado através de estereótipos que, no transcurso da nossa formação social e histórica, contaminaram o subconsciente do brasileiro, através da injeção da ideologia do colonizador: o racismo expresso concretamente, no caso brasileiro naquilo que se convencionou chamar eufemisticamente de preconceito de cor.

Nesse mesmo movimento de ressignificação da visão sobre o período da escravidão e do povo negro escravizado, Emília Viotti da Costa (2010), em sua obra intitulada “A Abolição”, apresenta a sua interpretação acerca da escravidão no Brasil. Nessa publicação a autora compreende as negras e os negros como sujeitos, fazendo uma dura crítica à escravidão, registrando fatos importantes sobre o regime escravista e o processo de abolição, mostrando a mudança do discurso de algo que era inimaginável de acontecer a algo que passou a ser inevitável, passando por vários aspectos políticos e culturais para desenhar o processo de abolição.

3 QUADRO TEÓRICO

O povo preto vem carregando nas costas o racismo como uma herança do período da escravização. Passados mais de 500 anos do sequestro crime, e mais de 130 anos após a falsa abolição da escravatura, negros e negras permaneceram sem um amparo legal, pois o Estado brasileiro não forneceu meio para tornar efetiva essa liberdade, visto que a igualdade jurídica por si

só não melhorou as condições de vida e nem eliminou os preconceitos durante o período escravocrata (GENNARI, 2011).

O tempo passou e junto dele é possível observar que ocorreram significativas mudanças no que diz respeito à organização social brasileira. Porém, quando observado as questões raciais, infelizmente ainda é possível enxergar a população negra, em sua maioria, estacionada nos lugares de marginalidade. A população negra ainda vive em condições análogas ao período de escravização, basta recorrer aos dados, a exemplo do percentual da população carcerária, percentual do nível de escolaridade, percentual de trabalhadores com remuneração mais elevada e/ou cargos de chefia, dentre outros percentuais, na comparação entre negros e não negros, que podemos concluir que, efetivamente, essa libertação não se concretizou de fato. Até hoje a população negra segue às margens da sociedade, sendo a mais prejudicada tanto econômica quanto socialmente.

Nesse sentido, Silvio de Almeida (2019) diz que o racismo é uma forma sistemática de discriminação, que tem a raça como fundamento e que se manifesta através de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens, ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Minha experiência enquanto mulher negra quilombola me coloca em um lugar que faz pensar o racismo como uma prática que vem sofrendo atualizações ao longo dos anos. Essas atualizações ocorrem tanto na estrutura da sociedade quanto em ações individuais que acabam por engessar e aniquilar os corpos pretos à medida que sofrem a ação da prática do racismo.

Esse movimento de pensar a prática do racismo, com base no quadro sócio-histórico de invisibilidade da população negra, tem sido um exercício do Movimento Social Negro Brasileiro há tempos. Esse movimento busca a implementação de políticas públicas de inclusão social e racial, assumindo o papel de Movimento Negro como educador e produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil (GOMES, 2017).

Da mesma forma, é urgente a necessidade de se pensar o papel das mulheres negras na sociedade e o tratamento que elas recebem, para a partir então ser possível pensar em possibilidades de inversão desse quadro que coloca a mulher negra na base da pirâmide social, como objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão (GONZALEZ, 2018). Tanto a mulher negra e sua falta de perspectiva, quanto a possibilidade de novas alternativas fazem com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de serviços de sujeição e de dependência das famílias de classe média branca (GONZALEZ, 2018). Além disso, as mulheres negras, por mais que se esforcem, dificilmente serão citadas ou vistas em destaque, visto que a

forma como fomos educadas nos levou à submissão pelos pais, pelos companheiros, não sendo muito diferente no trabalho.

Muitas de nós, mulheres negras, ainda não conseguiram sair desse processo de inércia para tomar as rédeas de suas próprias vidas, mas, sobretudo a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família, é quem, a meu ver, desempenha o papel mais importante. Com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos a luta pelo nosso povo (GONZALEZ, 2018). Nós, mulheres negras, precisamos estar sempre na luta para garantirmos nossos direitos, e na educação isso não é diferente. A maioria de nós, mulheres quilombolas, foi criada sabendo que universidade era uma das tantas coisas que não nos pertenciam. O sistema social — incluindo a família — nos preparou para apenas saber ler, fazer a lida da casa, trabalhar na lavoura e, com sorte, ir para a cidade trabalhar em uma “casa de família” não negra.

Nessa perspectiva, a mulher negra ainda hoje, se vê, desse modo: ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão; elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher (NASCIMENTO, 2018). Ainda que seja visível a estagnação da posição das mulheres negras na escala social, é importante ressaltar que as políticas de ações afirmativas direcionadas ao povo preto no processo de educação formal vão na contramão do que historicamente o sistema social educacional impôs ao povo negro brasileiro e, conseqüentemente, às mulheres negras quilombolas.

Conforme já mencionado anteriormente, o Movimento Social Negro é um dos atores responsáveis pela produção de saberes emancipatórios, que atua como um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial protagonizando a luta pela construção de políticas públicas direcionadas ao povo preto. Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos. Assim, “retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial e a coloca pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social, colocando em xeque o mito da democracia racial” (GOMES, 2017, p. 22).

Logo, as políticas de ações afirmativas direcionadas ao ingresso e à permanência de mulheres negras e quilombolas nas universidades não são e não devem ter o intuito de simplesmente formar negras, mas também para que essas negras que ingressarem nesse espaço absorvam diferentes saberes e tomem as rédeas de suas vidas, soltando-se das amarras do sistema social que dita e que limita. A partir disso, devem se tornar sujeitas de direito, protagonistas da sua própria história, servindo de inspiração para seus pares e unindo as forças.

Nas últimas décadas, felizmente, é possível perceber um aumento considerável na quantidade de mulheres quilombolas que ingressaram nas universidades, tanto nas públicas quanto nas privadas. Essa estimativa é um reflexo de uma reivindicação histórica do Movimento Social Negro, que atua como um ator político e educador na luta pelo acesso do povo negro à educação, assim como já mencionei anteriormente (GOMES, 2017).

Atualmente somos muitas, e estamos espalhadas pelas diferentes universidades Brasil afora. Todavia, mesmo que já se possa contar com um grande número de mulheres negras que já se formaram, ainda existem mulheres negras que não conseguiram se formar em função das barreiras que ainda precisamos escalar para conseguir atravessar a selva acadêmica. A vida nunca foi branda para as mulheres e, quando se trata de mulheres negras que residem em um contexto quilombola, a situação é ainda pior. É comum sermos questionadas e obrigadas a provar nossa capacidade a todo o momento, em todos os âmbitos da sociedade.

Muitas de nós, mulheres quilombolas, em função de termos que lidar com marcas pesadas que carregamos durante nossa jornada, só conseguimos chegar à graduação depois de muitas paradas e retornos durante a nossa trajetória escolar. Tudo isso faz com que muitas vezes nos sintamos diminuídas diante dos demais que passaram por realidades totalmente diferentes das nossas. Sem falar que as mulheres são peça-chave na composição da renda familiar ou sustentam suas famílias sozinhas. Esses motivos são alguns dos grandes responsáveis tanto pelo não acesso quanto pela evasão nas universidades. Por isso, é importante o papel das políticas afirmativas que permitam o nosso acesso e garantam a nossa permanência nesses espaços. As políticas afirmativas foram criadas com intuito de acabar com a exclusão social de pessoas que sofrem de qualquer tipo de discriminação, de estimular a participação política de grupos sociais consideradas minorias, através de recursos ou outros benefícios, com a intenção de romper com processos históricos de discriminação que ainda hoje estão vivos na nossa sociedade.

3.1 RACISMO E MULHERES

Assim como as narrativas, as concepções de quilombo e o modo de vida negro no período escravocrata são apresentados na historiografia de maneira errônea e pejorativa por muitos autores. Essa imagem foi replicada tanto por autores contemporâneos ao regime escravista quanto por autores do período pós-abolição formal da escravidão. A historiografia não atribuiu o devido valor à história de contribuição das mulheres quilombolas na resistência negra ao racismo, bem como na contribuição da formação social, cultural e política da sociedade brasileira.

Desde o período colonial está em curso um projeto de apagamento da população negra, que se concretiza através das narrativas historiográficas que representam o ponto de vista do colonizador que é beneficiário do processo de escravização e exclusão do povo preto. Narrativas estas que apresentam as/os negras/os por um viés pejorativo, colocando o negro como o outro, um ser inferior e exaltando o supremacismo branco, como bem nos diz Abdias Nascimento (2019, p. 35-36) em trecho:

A história do Brasil é uma versão concebida por brancos pelos brancos e para os brancos, exatamente como toda sua estrutural econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite minoritária brancoide, presumidamente de origem europeia.

Como se não bastasse todo tratamento desumano adotado por um sistema de poder perverso e cruel a negras e negros no período da escravização, a violência e a discriminação desse povo seguiram em curso mesmo depois da promulgação da Lei Áurea, resultando na normatização do preconceito e da violência contra as vidas negras como herança da escravidão.

Se a situação do povo preto na atualidade é preocupante devido aos reflexos do período escravocrata, ao pensar a respeito da condição da mulher preta da sociedade, logo fica evidente que esta vive situação ainda pior devido aos marcadores sociais condicionados à sua existência: ser mulher e ser negra. As artimanhas do sistema social estacionam as mulheres negras na mesma posição social desde o período escravocrata, como nos ensina a historiadora Beatriz Nascimento (2018, p. 82):

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito a mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito.

Ao mesmo tempo em que nós, mulheres negras, somos atravessadas por pelo menos dois marcadores sociais que nos colocam às margens da sociedade, enquanto mulher e preta, essa mesma sociedade que nos sufoca e explora, condiciona nossa existência enquanto corpos pretos que sevem apenas para a força de trabalho se tivermos a pele escura e a servidão sexual para aquelas mulheres que tem tom de pele clara, conhecidas pelo termo pejorativo de mulatas.

Não é fácil viver em uma sociedade em que um grupo social exerce dominação sobre o outro, dispensando um tratamento diferente para as mulheres pelo fato de serem mulheres em todas as esferas da sociedade e ainda ter que lidar com as práticas de dominação dos homens sobre as mulheres. Por essa razão, é importante pensar a condição da mulher negra na sociedade, devido

ao sistema patriarcal em que vivemos, pois a forma como as mulheres são educadas as levam à submissão na família, na sociedade e no trabalho. Muito porque, conforme nos ensina Saffioti (1987, p. 10), “a identidade social é socialmente construída, não nascemos mulheres ou homens, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens ou mulheres”.

Dando continuidade aos argumentos de Saffioti (1987), entendo que isso se agrava quando, além de enfrentarmos as práticas realizadas amparadas pelo patriarcado, os estereótipos de gênero, precisamos ainda enfrentar os efeitos do racismo todos os dias, pois a sociedade não nos reconhece enquanto gente, enquanto ser humano, quando objetifica nos corpos, tratando-nos como se fôssemos coisas/máquinas de trabalho por causa da nossa cor. Na ordem das bicadas neste país, a mulher negra ocupa a última posição, pois é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual (SAFFIOTI, 1987).

Da mesma forma que também nós, mulheres negras, não recebemos o mesmo tratamento destinado aos homens devido ao fato de sermos mulheres, ao ponto que sentimos as violências geradas pelo machismo e pelo racismo no mesmo combo, a quilombola professora Givânia Maria da Silva (2020, p. 57), em um texto publicado no livro “Mulheres Quilombolas: Território de insurgências negras femininas”, diz que: “as mulheres negras são exploradas de diversas formas de sua vida o preço do machismo e do racismo somado em uma única conta”. Em consequência disso, pouco vemos a mulher negra nos espaços de representatividade e protagonismo.

A despeito de termos avançado bastante na discussão do racismo, muitas mulheres negras ainda sofrem com os preconceitos da sociedade e muitas vezes não conseguem assumir as rédeas de suas vidas, tampouco conseguem se ver enquanto mulheres negras. Sendo assim, considero de extrema importância uma pesquisa que visa compreender esse processo de autorreconhecimento das mulheres negras durante esse exercício de se tornarem negras e, então, buscarem por seus direitos (GONZALEZ, 2018).

4 CONCLUSÕES PARCIAIS

O movimento de pensar a fase de entrevista começou a se delinear a partir da minha experiência junto à luta quilombola. Para realizar as entrevistas foram utilizados alguns conceitos contemporâneos a exemplo de gênero, raça, racismo, articulados dentro do quadro teórico que envolve estudos de pesquisadoras e pesquisadores, maioria negras e negros, que convidam a reflexão sobre a negritude através de suas publicações.

Meu contato com as parceiras da pesquisa é atravessado por relações de amizade, afro-afeto e compartilhamento de mazelas comuns em nossas vidas. Realizar este trabalho de pesquisa envolve muitas coisas, pois não estou sozinha nesta pesquisa, carrego minha ancestralidade e minha comunidade junto de mim. Dessa forma, sinto obrigação legal, moral e muito prazer em colocar essa pesquisa no terreiro.

Assim, o momento das entrevistas envolveu um misto de alegria e dor, já que

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em possibilidades. (SOUZA, 2021, p. 18)

Realizo esta pesquisa com alegria por estar no lugar de pesquisadora, tendo a oportunidade de inverter a lógica da academia, que historicamente vê comunidades quilombolas e os corpos pretos como lugar fixo de objeto de pesquisa, sujeito a ser analisado por brancos. A academia não está acostumada a nos enxergar no lugar de pesquisadora sujeita e pensante, capaz de produzir conhecimento e escrever sobre sua própria história.

Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria realidade na minha própria história. Nesse sentido eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou. (KILOMBA, 2019, p. 28)

O senso comum considera verdade, científico e mais importante aquilo que está inserido no ambiente acadêmico, ou seja, no espaço de produção do conhecimento e de preferência pensado por homens brancos. Sendo assim, o movimento de furar a barreira do sistema e levar o quilombo para dentro do universo acadêmico, na perspectiva das mulheres quilombolas, tem sido um movimento muito importante e necessário para dar visibilidade a essa grande parcela da sociedade que historicamente é invisibilizada pelo poder público e sociedade em geral, bem como é uma forma de educação como prática da liberdade como bem nos ensina bell hooks. Vale ainda ressaltar a importância do registro escrito de uma pesquisa de mestrado que busca desconstruir, reconstruir e descolonizar a lógica eurocêntrica que norteia e baliza o sistema de educação formal brasileiro.

Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o e “legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada. (KILOMBA, 2019, p. 28)

Nesse sentido, registrar os processos imbricados durante a metamorfose, relatando os acontecimentos da trajetória de vida de mulheres quilombolas do Quilombo Coxilha Negra que hoje se reconhecem enquanto sujeitas negras e tomaram as rédeas de suas próprias vidas, é extremamente importante no sentido de legitimar, reivindicar e validar a existência das mulheres quilombolas.

Conforme mencionei anteriormente, o momento das entrevistas com as mulheres quilombolas envolveu acessar um lugar de dor, na medida que puderam rememorar a fase da infância, principalmente as lembranças da fase do ambiente escolar. Pois segundo elas, é nessa fase que começaram a sentir a perversidades das práticas exercidas contra os seus corpos e suas mentes. Em seus relatos, as mulheres quilombolas trouxeram em suas falas a dor causada pelas práticas violentas que ocorreram no ambiente escolar seja essas verbais ou físicas. Essas situações por vezes as levavam a negação de si mesmas, uma vez que a violência racista do branco exerce, antes de mais nada, a impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro (SANTOS, 2021).

Ressalto que o presente trabalho de pesquisa está na fase de categorização e análise dos dados produzidos. Mediante a escuta sensível e leitura atenta das transcrições das entrevistas, observei que as sujeitas da pesquisa carregam o peso de ser uma mulher negra quilombola em uma sociedade que é excludente e racista; bem como trazem muitas contribuições para que seja possível pensar: a condição da mulher negra quilombola; o processo de construção e reconstrução que nos leva a tomada de consciência; e do autorreconhecimento enquanto mulher negra e quilombola. Pois

a partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar esse corpo que se opõe a construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar. (SANTOS, 2021, p. 31)

A partir dos relatos das mulheres quilombolas, pude perceber que ser mulher quilombola significa enfrentar diariamente as mazelas coletivas e individuais causadas pelos marcadores sociais atrelados a seus corpos, principalmente pelo racismo e o machismo. Fica também evidente que as mulheres quilombolas, ao tomarem ciência da sua condição de mulher negra e quilombola, se aproximam e fortalecem a luta antirracista.

Por fim, afirmo que para mim, mulher negra quilombola, estar desenvolvendo uma pesquisa de mestrado que traz a minha comunidade e as mulheres negras na centralidade, que leva para dentro da academia o debate racial evidenciando a visão negra sobre as questões que envolvem a vida das mulheres negras quilombolas, é um ato revolucionário e muito gratificante.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2017.
- CAPA. **Revelando os Quilombos no Sul**. Pelotas: Centro de apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista NQF**, [s. l.], v. 24, n. 2, 2002.
- CENDALES, Germán; MARINO, Lola. **Educação não formal e educação popular**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- COSTA, João Paulo Alves. **Gênero, Saberes e Poder: O Protagonismo de mulheres Negras na Organização Política e Social da Comunidade Remanescentes de Quilombolas São José de Itacajuba**. Pará: [s. n.], 2017.
- DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- FERNANDES, Galendo *et al.* Identidade Quilombola: Atuações no Cotidiano de Mulheres Quilombolas no Agreste de Alagoas. **Psicol. estud.**, [s. l.], v. 25, e45031, 2020.
- FERREIRA, Eiterer *et al.* Raça e Gênero na Construção de Trajetórias de Mulheres quilombolas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. e63121, 2020.
- FIABANI, Ademir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo da escravidão as comunidades remanescentes (1532 – 2004)**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GERNARI, Emilio. **Em busca da liberdade: Traços das lutas escravas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-greide & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**/Gilberto Freyre; Apresentação de Fernando Henrique Cardoso – 48 ed. rev. São Paulo; Global 2003.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Carmen Regina Teixeira. **Ser quilombola Mulher e Negra: a agência do Coletivo de Mulheres Empodere-se do Quilombo de Pinhões**. Belo Horizonte, MG: [s.n.], 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GUALBERTO, Ana Emília Martins. **Identidade e Direitos – Mulheres lideranças dos Quilombos de Barroso e Jequitimana**: Camuru / BA. Salvador: [s. n.], 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódio de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

MACHADO, Joana Carmen do Nascimento. **Poder Organização Política e Pedagogias Oculpto-presentes de Mulheres Negras do Território Quilombola do Rio Jambuaçu – Moju/PA**. 2019. 150f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciência da Educação, Universidade Federal do Pará, Pará, 2019.

MACHADO, Paula Sandrine; SOARES, Lissandra Vieira. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, [s. l.], v. 17, n. 39, maio/ago. 2017.

MELLO, Marco. **Pesquisa participante e educação popular: da intenção ao gesto**. Porto Alegre: Ed. Ísis; Diálogo Pesquisa e Assessoria em Educação Popular; IPPOA –Instituto Popular, 2005.

MOURA, Clovis. **Os quilombos e a Rebelião Negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias de destruição**. [S. l.]: Editora Filhos da África, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Antonilda da Silva. **O processo de Emancipação da Mulher Quilombola: Participação Política na associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de ABA e Fetuba-Arquia**. 2019. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC, Universidade Federal do Pará, Pará, 2019.

SANTOS, Geilsa da Silva. **Mulheres Quilombolas: Território, Gênero e Identidade na Comunidade Negra Senhor do Bonfim/Areia (2005 – 2018)**. 2018. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, 2018.

SANTOS, Neusa Souza. **Tornar-se Negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SILVA, Givânia Maria. **Mulheres Quilombolas: Afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina**. In: DEALDINA, Selma. (Org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaraí, 2020.

SOARES, Maria Raimunda Penha. **Territórios insurgentes:** a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 522-531, set./dez. 2021.

XAVIER, Girleide da Silva. **Mulheres do Quilombo:** Identidade Etnia, Gênero e Educação na Comunidade Porto dos Cavalos-Ilha de Maré/Bahia. Salvador, 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2018.

Enviado em: 16/08/2022

Aceito em: 13/03/2023